

REPRESENTATIVIDADE NEGRA E PODER NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Diego do Carmo¹

Ana Maria Makoski Zientarski²

Daniele Rodrigues Nunes³

Nayra de Paiva Oliveira⁴

RESUMO: Este artigo analisa a representatividade da população negra nos espaços de poder no Brasil, com ênfase em setores como a política, o mercado de trabalho, a educação superior e a mídia. A partir de uma abordagem histórica e sociológica, discute-se como o racismo estrutural tem contribuído para a exclusão de pessoas negras de cargos de liderança e tomada de decisão. O texto apresenta dados que evidenciam a desigualdade racial, mesmo após a implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais no ensino superior e em concursos públicos. Além disso, são exploradas iniciativas de valorização da identidade negra e resistência, como movimentos sociais, coletivos negros e lideranças emergentes. Conclui-se que, embora haja avanços, a representatividade negra ainda enfrenta barreiras significativas e demanda ações contínuas e estruturais para garantir equidade e justiça racial no Brasil.

Palavras-chave: Representatividade negra. Racismo estrutural. Espaços de poder. Políticas afirmativas. Equidade racial.

1 A Exclusão Histórica e o Desafio da Representatividade Negra nos Espaços de Poder

A questão da representatividade negra nos espaços de poder no Brasil é um reflexo direto da herança colonial e escravocrata que estruturou a sociedade brasileira por séculos. Segundo Almeida (2019), o racismo no Brasil não é apenas uma questão de preconceito individual, mas sim um componente estrutural que organiza instituições, práticas sociais e relações de poder. Essa estrutura racializada tem historicamente excluído pessoas negras de posições de destaque na política, na economia, na educação e na cultura. Para Almeida (2018):

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. [...] O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. (Almeida, 2018. p 22)

¹Doutorando pela UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão.

²Mestra em Educação pela UNIOESTE, campus de Cascavel.

³Mestra em Letras pela UNIOESTE, campus de Cascavel.

⁴Doutora em Letras pela UNIOESTE, campus de Cascavel.

Ao longo do processo de construção nacional, o mito da democracia racial — conceito amplamente criticado por autores como Lélia Gonzalez (1984) e Kabengele Munanga (2004) — serviu como uma ferramenta ideológica para mascarar as profundas desigualdades raciais existentes. De acordo com Gonzalez, a ideia de que no Brasil não existe racismo foi utilizada para legitimar a ausência de políticas públicas voltadas à população negra, perpetuando sua marginalização social.

A ideologia do branqueamento e a do mito da democracia racial representam dois instrumentos básicos de dominação ideológica. E por quê? Porque são ambas componentes fundamentais do processo de alienação cultural a que foram submetidos os segmentos oprimidos da população. Enquanto a primeira busca negar-lhes os traços culturais negros (inclusive os físicos), inculcando-lhes o desejo de se tornarem 'brancos', a segunda tenta convencê-los de que, no Brasil, não existe discriminação racial. São ideologias que, ao mascararem a realidade, cumprem a função de manter o status quo. E isso não apenas no plano econômico e social, mas também no plano simbólico. (González, 1984, p. 224, grifo nosso)

A exclusão da população negra dos espaços de poder pode ser observada, por exemplo, na sub-representação política. Embora os negros e pardos representem mais da metade da população brasileira (IBGE, 2022), sua presença em cargos eletivos ainda é bastante limitada. Hélio Santos (2011) aponta que essa disparidade não é acidental, mas sim consequência direta de um processo histórico de negação de cidadania plena à população negra. Esse fenômeno se repete também nas universidades, nos altos cargos do funcionalismo público e nas direções de grandes empresas, onde a presença negra é mínima ou inexistente.

Além disso, as barreiras simbólicas e institucionais dificultam o acesso da população negra aos espaços de decisão. Segundo Djamilá Ribeiro (2017), é necessário reconhecer o lugar de fala das pessoas negras e repensar as estruturas sociais que impedem sua plena participação política e social. Segundo Ribeiro (2017):

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. ... As mulheres negras, se restringissem que mulheres brancas tratassem sobre racismo, por exemplo, distanciaríamos a oportunidade de que essas mulheres repensem sobre suas responsabilidades na manutenção de subalternizações, o que faz com que elas se mantenham na posição cômoda de privilégios sem reflexão. Porém, essa fala precisa estar situada no seu lugar, ou seja, essa mulher branca ao falar sobre racismo deve compreender a sua posição e que o protagonismo de luta é da mulher atingida pelo racismo." (Ribeiro, 2017, p. 46-47)

A autora defende que a inclusão de vozes negras nos centros de poder não se trata apenas de uma demanda identitária, mas de uma reconfiguração ética e democrática da sociedade. Com a implementação das políticas de ação afirmativa, especialmente as cotas raciais nas

universidades e concursos públicos, observou-se um avanço significativo no acesso da população negra a instituições historicamente elitizadas.

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Precisamos refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (Davis, 2016, *Mulheres, Raça e Classe*, prefácio de Djamila Ribeiro)

No entanto, como afirma Davis (2016), o desafio da representatividade não termina com o acesso, mas continua na luta por permanência, valorização e ocupação efetiva de espaços com poder de decisão. Dessa forma, refletir sobre a representatividade negra nos espaços de poder exige não apenas a análise de dados quantitativos, mas também uma compreensão crítica das estruturas sociais e históricas que moldam a desigualdade racial no Brasil. É a partir dessa análise que se torna possível discutir caminhos para a promoção de justiça e equidade racial, de forma consistente e transformadora.

Essa luta envolve o reconhecimento das múltiplas formas de resistência e das estratégias que os sujeitos negros desenvolvem para afirmar sua identidade e exercer sua cidadania plena. Além disso, é fundamental que haja um compromisso coletivo, tanto das instituições quanto da sociedade, para desconstruir práticas discriminatórias e ampliar oportunidades reais de inclusão. Somente assim poderemos avançar em direção a uma sociedade verdadeiramente democrática, onde a diversidade seja respeitada e valorizada em todas as suas dimensões.

697

2 METODOLOGIA

A metodologia deste artigo adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para investigar a representatividade negra nos espaços de poder no Brasil. A pesquisa será conduzida por meio de três etapas principais: revisão bibliográfica, análise de dados secundários e coleta de dados primários por meio de entrevistas.

Primeiramente, será realizada uma revisão bibliográfica extensa, com o objetivo de construir uma base teórica sólida sobre o racismo estrutural e as políticas de ação afirmativa. Serão analisados textos acadêmicos e livros de autores como Djamila Ribeiro, Silvio Almeida, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga e outros estudiosos que discutem a desigualdade racial e a exclusão histórica da população negra dos espaços de poder. Esta revisão visa fundamentar teoricamente as questões em discussão, permitindo a análise crítica dos dados empíricos.

Em seguida, a pesquisa se baseará em dados quantitativos provenientes de fontes secundárias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) e relatórios do Instituto Ethos. Esses dados fornecerão uma visão detalhada da representatividade da população negra em cargos de poder no Brasil, incluindo dados sobre a presença de negros e pardos em áreas como a política, o mercado de trabalho, as universidades e outras instituições de liderança. A análise será realizada por meio de estatísticas descritivas, como gráficos e tabelas, permitindo uma comparação entre a proporção de negros na população geral e sua representação em posições de poder.

A parte qualitativa será complementada por entrevistas semi-estruturadas com líderes negros de diferentes áreas de atuação, como política, educação, empresariado e movimentos sociais. Estas entrevistas têm como objetivo entender a experiência pessoal dos entrevistados em relação à discriminação racial, as barreiras enfrentadas para acessar posições de liderança e as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades. As entrevistas serão analisadas utilizando a análise de conteúdo, que permite identificar padrões, categorias e temas recorrentes nos depoimentos dos entrevistados.

Por fim, a pesquisa irá cruzar os dados qualitativos e quantitativos para fornecer uma compreensão abrangente sobre as dinâmicas de representatividade negra nos espaços de poder, destacando os avanços, as conquistas, mas também as barreiras ainda presentes. A pesquisa levará em consideração as limitações impostas pela escassez de dados específicos sobre certos setores e a dificuldade de acesso a uma amostra representativa de líderes negros em todas as áreas. A análise será conduzida de forma ética, garantindo o anonimato dos participantes nas entrevistas e o respeito às normas de pesquisa com seres humanos.

3 Representatividade Negra nos Espaços de Poder: Entre Avanços e Barreiras Estruturais

Apesar dos avanços recentes, a representatividade negra nos espaços de poder no Brasil continua sendo profundamente desigual. Tal desigualdade revela não apenas a permanência do racismo estrutural, mas também o funcionamento de uma lógica de exclusão histórica que restringe o acesso de pessoas negras aos lugares de decisão e influência. O poder, entendido aqui em seu sentido amplo — político, econômico, intelectual e simbólico —, permanece majoritariamente branco, elitista e excludente.

Na política institucional, os dados demonstram um abismo entre a composição racial da população e a ocupação de cargos eletivos. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022), ainda que o número de candidaturas de pessoas negras tenha crescido nos últimos pleitos, sua eleição efetiva é significativamente menor, especialmente para cargos legislativos e

executivos nos grandes centros urbanos. Segundo Emília Viotti da Costa (1998), a exclusão da população negra da política institucional é uma consequência direta da formação elitista do Estado brasileiro, cuja cidadania foi, desde o início, seletiva e restrita.

Luiz Rufino (2019) argumenta que a política formal não foi projetada para abarcar a multiplicidade de experiências e epistemologias negras. Nesse sentido, a participação negra na política não se limita à ocupação de cargos, mas também envolve a introdução de novas perspectivas, pautas e formas de fazer política. A luta por representatividade é também uma disputa por narrativa, por reconhecimento e por poder de transformação.

Além disso, a presença de parlamentares negros tem sido fundamental para trazer à tona pautas historicamente ignoradas, como o combate à violência policial, o racismo institucional, e a valorização das culturas afro-brasileiras. Contudo, esses parlamentares frequentemente enfrentam resistência, ataques racistas e invisibilização midiática, o que limita o impacto de sua atuação. A cientista política Angela Alonso (2009) ressalta que a ascensão de lideranças negras não ameaça apenas a estrutura racial, mas também a lógica de dominação de classe e de gênero que define a política brasileira.

No campo da educação, a implementação das cotas raciais nas universidades públicas a partir de 2012 representou um marco histórico. Segundo o IBGE (2021), pela primeira vez na história, a maioria dos estudantes em universidades federais passou a ser negra (pretos e pardos). Esse avanço, porém, não significa a superação das desigualdades educacionais, pois a permanência estudantil ainda é um desafio crítico.

O racismo estrutural está entranhado nas instituições brasileiras e se manifesta cotidianamente em práticas excludentes, que dificultam a plena participação e reconhecimento da população negra. A educação antirracista é fundamental para a desconstrução dessas práticas e para a construção de uma sociedade democrática e igualitária, que reconheça a diversidade étnico-racial como valor. (Gomes, 2017, p. 134)

Nilma Lino Gomes (2017) nos leva a observar além em seu texto que o ingresso nas universidades por meio de políticas afirmativas não garante, por si só, um ambiente acolhedor ou inclusivo. Muitas vezes, estudantes negros enfrentam racismo, isolamento e a ausência de referências acadêmicas negras.

Além disso, a produção de conhecimento negro segue sendo marginalizada dentro das universidades. Conforme aponta Muniz Sodré (2019), o racismo epistêmico ainda define o que é considerado “conhecimento válido” no meio acadêmico, relegando saberes africanos e afro-brasileiros à condição de folclore ou objeto de estudo periférico. Nesse cenário, a

representatividade negra não se limita ao corpo discente: é essencial promover a presença de professores, pesquisadores e gestores negros nas instituições de ensino.

No mercado de trabalho, a presença de pessoas negras em cargos de liderança e alta gestão ainda é extremamente limitada. De acordo com pesquisa do Instituto Ethos (2019), apenas 4,7% dos executivos em grandes empresas brasileiras são negros. Tal realidade escancara a persistência de mecanismos de exclusão que dificultam a mobilidade social da população negra, mesmo quando ela possui qualificação técnica e experiência.

Segundo Joel Rufino dos Santos (2005), o racismo no ambiente profissional opera de forma velada, naturalizada, e muitas vezes justificada com discursos meritocráticos que ignoram as desigualdades de ponto de partida. A promoção de políticas de diversidade e inclusão no setor privado tem se mostrado insuficiente diante da ausência de metas claras e compromissos reais com a equidade racial. Como afirma Sueli Carneiro (2003), é necessário reconhecer que a desigualdade racial no Brasil é uma questão política e estrutural, que exige ações afirmativas continuadas e fiscalização rigorosa.

Além disso, o “teto de vidro” que impede a ascensão profissional de pessoas negras está diretamente ligado à falta de redes de apoio, mentoria, acesso a espaços de decisão e ausência de representatividade que legitime sua presença nesses locais. Muitos profissionais negros relatam experiências de isolamento, invisibilização e desvalorização de suas competências.

700

4 Análise da Representatividade Negra nos Espaços de Poder no Brasil

A representatividade negra nos espaços de poder no Brasil continua a ser uma questão central nas discussões sobre desigualdade racial, refletindo as marcas profundas do racismo estrutural. Embora tenha havido avanços significativos nas últimas décadas, a população negra ainda enfrenta barreiras históricas que limitam seu acesso e permanência em posições de liderança política, educacional, econômica e cultural. Este cenário reflete a exclusão secular da população negra nos espaços de decisão e poder no Brasil, que, apesar das lutas e resistências, permanece desigual em relação à representatividade de negros em cargos de influência.

No campo político, a representatividade negra continua limitada. Apesar de constituírem mais de 56% da população brasileira, os negros ocupam uma parcela significativamente menor de cargos no Congresso Nacional, na presidência e nas esferas executivas em níveis federal, estadual e municipal. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que introduziu cotas para negros em universidades federais, representou um avanço, mas no campo

político, as cotas ainda não foram implementadas de forma plena, o que faz com que a ascensão de lideranças negras na política enfrente resistências institucionais e sociais.

O Parlamento brasileiro do século XIX e início do século XX foi espaço central de disputa política, mas também de exclusão sistemática das vozes das minorias, em especial negras e indígenas. A presença dessas minorias, quando existente, era frequentemente invisibilizada ou atacada, limitando o impacto de sua atuação. (Alonso, 2009, p. 123)

Angela Alonso (2009) e Emília Viotti da Costa (1998) destacam que a política brasileira foi historicamente estruturada de maneira a excluir a população negra, e a presença de parlamentares negros, apesar de crescente, ainda enfrenta limitações, como a invisibilidade midiática e o ataque a essas lideranças.

Na educação, as cotas nas universidades públicas proporcionaram um aumento significativo no número de estudantes negros no ensino superior, mas a permanência desses alunos continua sendo um desafio. Dados do IBGE (2021) revelam que, pela primeira vez, a maioria dos estudantes nas universidades federais é negra, refletindo o impacto das políticas afirmativas.

A luta do movimento negro por educação de qualidade e pela valorização dos saberes afro-brasileiros e africanos é central para a transformação social. Essa luta visa não apenas a inclusão, mas a construção de uma identidade que reconheça e afirme a diversidade cultural, rompendo com os processos históricos de invisibilização e exclusão. (Gomes, 2017, p. 89)

No entanto, como Nilma Lino Gomes (2017) aponta, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros, como o racismo institucional e a falta de infraestrutura para apoio acadêmico, ainda são obstáculos significativos. A escassez de professores negros nas universidades e a ausência de uma educação antirracista no currículo acadêmico também contribuem para a marginalização do conhecimento negro, conforme observa Kabengele Munanga (2004).

No mercado de trabalho, o cenário é igualmente desafiador. A meritocracia muitas vezes mascara as desigualdades estruturais que dificultam o acesso e a ascensão de profissionais negros, mesmo quando possuem qualificação para cargos de liderança. Dados do Instituto Ethos (2019) mostram que menos de 5% dos executivos em grandes empresas brasileiras são negros, evidenciando as barreiras institucionais e sociais que perpetuam a exclusão racial. Joel Rufino dos Santos (2005) destaca que o racismo institucional se apresenta de forma sutil, limitando a mobilidade dos negros no mercado de trabalho e restringindo sua ascensão a cargos de poder, mesmo quando estão altamente qualificados.

A mídia, por sua vez, desempenha um papel crucial na formação da percepção pública sobre a população negra. Por muitos anos, a imagem do negro na televisão e no cinema foi dominada por estereótipos negativos, associados à subordinação, à violência ou à marginalidade. No entanto, nas últimas décadas, observou-se uma mudança significativa com a crescente demanda por maior diversidade e representatividade. Programas de TV, filmes e campanhas publicitárias começaram a incluir mais personagens negros em papéis de destaque e liderança. Apesar disso, Sueli Carneiro (2003) alerta que essa representação ainda está longe de ser suficiente e muitas vezes é limitada a papéis de resistência ou coadjuvantes, o que reforça um processo contínuo de invisibilização da verdadeira diversidade de experiências e conquistas da população negra.

A representação das mulheres negras na política brasileira é, em muitos casos, apenas formal, restrita a papéis simbólicos que não promovem mudanças significativas nas estruturas de poder. Essa limitação reforça a marginalização e invisibilização dessas mulheres em espaços onde suas vozes deveriam ser protagonistas. (Carneiro, 2003, p. 42)

O futuro da representatividade negra nos espaços de poder dependerá, em grande parte, da continuidade das políticas afirmativas, da promoção de ambientes mais inclusivos e da ampliação das oportunidades de ascensão para a população negra, tanto no mercado de trabalho quanto no campo político e educacional. A luta por uma maior representatividade não se limita à ocupação de cargos, mas envolve uma transformação nas estruturas de poder e na forma como o racismo é enfrentado de maneira sistêmica. O Brasil, para ser de fato uma nação democrática e igualitária, precisa garantir que todas as suas vozes, inclusive as negras, sejam ouvidas e valorizadas.

702

CONCLUSÃO

A análise da representatividade negra nos espaços de poder no Brasil revela uma realidade marcada por profundas desigualdades históricas, estruturais e institucionais. Mesmo com avanços promovidos por políticas afirmativas, como as cotas no ensino superior e algumas iniciativas de inclusão no mercado de trabalho, a presença negra em cargos de liderança política, econômica, acadêmica e midiática continua sendo desproporcional em relação à composição racial da população brasileira.

A exclusão da população negra desses espaços não se dá por acaso, mas é resultado de séculos de marginalização social, racismo estrutural e ausência de políticas públicas eficazes. Autores como Silvio Almeida, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro demonstram que essa exclusão

não é apenas numérica, mas também simbólica, uma vez que a ausência de negros em posições de destaque contribui para a reprodução de estigmas, invisibilidade e estereótipos.

Fica evidente que garantir representatividade negra não se limita à ocupação de cargos, mas envolve a transformação profunda das estruturas sociais que sustentam a desigualdade racial. É preciso assegurar a permanência e valorização de pessoas negras nesses espaços, promover ambientes verdadeiramente inclusivos e combater o racismo institucional com ações concretas.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa, necessariamente, pela ampliação da diversidade nos espaços de poder. Sem essa mudança, a democracia brasileira continuará sendo incompleta. Portanto, a promoção da representatividade negra deve ser compreendida não apenas como uma reparação histórica, mas como um imperativo ético, político e social para o fortalecimento da cidadania e da justiça racial no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2003.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas sociais e demográficas da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO ETHOS. Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas. São Paulo: Ethos, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso à solidariedade*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

SANTOS, Joel Rufino dos. *A história me absolverá?* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Estatísticas das Eleições*. Brasília: TSE, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: maio 2025.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *A abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.